



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

EDITAL

**PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2020**

TIPO: MENOR PREÇO

ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

RUA TREZE DE MAIO, SN – CENTRO – SÃO JOSÉ DE CAIANA (PB) – CEP 58.784-000

O **Órgão Realizador do Certame** acima indicado, inscrito no **CNPJ/MF n° 08.891.541/0001-69**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através da **Pregoeira, LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS**, assessorado por sua Equipe de Apoio, **às 15h00min** do dia, **02 de março de 2020**, no endereço também acima indicado, licitação na modalidade **Pregão Presencial**, tipo menor preço, tudo de acordo com este instrumento convocatório e em observância à Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, aos Decretos Federais n° 3.555, de 8 de agosto de 2000, e n° 5.504, de 5 de agosto de 2005, subsidiário, à Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme os procedimentos e critérios a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para aquisição parcelada de pneus, conforme a especificação contida no **Anexo I deste Edital**.

1. DO OBJETO

- 1.1 AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ASSESSÓRIOS CORRELATOS, DESTINADOS A FROTA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), o qual é parte integrante indissociável deste edital.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar da licitação, na condição de proponente, pessoa jurídica que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.
- 2.2 A obtenção do instrumento convocatório poderá ser feita junto a Pregoeira Oficial ou à sua Equipe de Apoio, no prédio sede da Prefeitura de São José de Caiana, ou através dos sites www.saojosedecaiana.pb.gov.br e www.portal.tce.pb.gov.br (mural de licitações do Tribunal de Contas).
- 2.3 Não será admitida nesta licitação a participação de:
- 2.3.1 Empresas que não atenderem às condições deste Edital;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

2.3.2 Licitantes que estejam sob falência, ou em regime de concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de São José de Caiana;

2.3.3 Empresas reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.3.4 Pessoas jurídicas das quais participem, a qualquer título, dirigentes ou servidores da Prefeitura Municipal de São José de Caiana.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou providências, ou ainda impugnar este ato convocatório, devendo protocolar o pedido na CPL da Prefeitura Municipal de São José de Caiana, cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.1 Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, o interessado que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da Sessão Pública do Pregão, hipótese em que qualquer manifestação neste sentido não terá efeito de recurso.

3.3 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto a Pregoeira, por intermédio de representante, munido dos documentos que o credenciem a participar do certame, inclusive com poderes para oferta de lances verbais.

4.2 Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases de procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos do processo, por sua representada.

4.3 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa da Pregoeira.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 4.4 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 4.4.1 Tratando-se do representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; **(cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência)**;
- 4.4.2 Tratando-se de procurador, **A PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular outorgada pela pessoa jurídica, neste caso com reconhecimento de firma do representante do outorgante, com PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 4.4.1;
- 4.4.3 O representante da empresa deverá identificar-se, exibindo documento oficial de identificação com foto;
- 4.4.4 Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando for o caso, sendo considerada microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificado na forma definida pela legislação vigente; a comprovação é feita mediante apresentação Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial e declaração expressa, assinada pelo responsável legal da empresa e por profissional da área contábil, devidamente habilitado, conforme o Modelo de Declarações constante do Anexo IV do Edital. A ausência da referida declaração, no entanto, não é suficiente motivo para impedir a participação do licitante no certame; apenas o impedirá de receber o tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previsto na Lei Complementar 123/06.
- 4.5 Caso a procuração seja outorgada por instrumento particular, deverá ter firma reconhecida e ser apresentada, acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica), **que deverá ser apresentado no momento do credenciamento.**
- 4.6 Estes documentos (em originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão estar autenticadas por tabelião, ou pela Pregoeira ou por qualquer dos membros da sua equipe de apoio.
- 4.7 A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá na participação da licitante no presente certame.
- 4.8 O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 4.9 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.
- 4.10 Ficarão impedidos de formular lances verbais, o credenciado cuja procuração não contenha autorização para este fim.

5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

5.1 Em dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos interessados ou de seus representantes, regularmente credenciados, e das demais pessoas a quem interessar possa a **PREGOEIRA** dirigente da sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, registrando-se em ata o nome dos licitantes:

- 5.1.1 Declaração, separada dos envelopes exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação do presente certame licitatório, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital;
- 5.1.2 Declaração de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93; de superveniência de fato impeditivo, no que diz respeito à participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme modelos constantes do Anexo IV deste Edital; esta declaração deverá integrar os documentos Envelope B.
- 5.1.3 Em envelopes lacrados, a documentação relativa à Proposta de Preço (Envelope A) e de Habilitação (Envelope B).
- 5.2 Declarado encerrado os procedimentos de credenciamento, a partir do horário estabelecido no preâmbulo, não mais serão admitidos novos proponentes, sendo aberta a sessão pela Pregoeira.
- 5.3 Os envelopes relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e o número da licitação, respectivamente, e os títulos dos conteúdos (“Proposta de Preço” e “Documentos de Habilitação”), na forma das alíneas “a” e “b” a seguir
- a) envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020
LICITANTE: _____
ENVELOPE “A” (PROPOSTA DE PREÇO)

b) envelope contendo os Documentos de Habilitação:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020
LICITANTE: _____
ENVELOPE “B” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

- 5.4 Não será admitida a remessa postal dos envelopes de que trata o item precedente.
- 5.5 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou mediante qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou por publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda mediante cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais, para conferência pela Pregoeira ou por qualquer membro de sua equipe de apoio.
- 5.6 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da propostas de preço.
- 5.7 Os documentos necessários à participação na presente licitação (propostas de preços e habilitação), deverão ser apresentados em idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.
- 5.8 O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.
- 5.9 A não entrega da Declaração exigida no subitem 5.1.1 deste Edital implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes tratados no item 5.3 e, portanto, implicará a exclusão do licitante.
- 5.10 Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, desde que aceito pela Pregoeira.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 5.11 O Credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada, em todos os seus itens, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em umas eventuais negociações entre as partes, evitando com isso a interrupção da sessão para contatos externos visando o esclarecimento de dúvidas sobre o teor da mesma, ficando, todavia, os casos excepcionais para serem avaliados pela Pregoeira.

6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “A”

- 6.1 Os interessados deverão apresentar as respectivas propostas, conforme indicação contida no item 5.3.
- 6.2 A proposta para o(s) item(ns) licitado(s) deverá ser apresentada em 01 (uma) única via digitada, datada, rubricadas em suas folhas e assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além do número do processo deste pregão e de outras informações de livre disposição, o seguinte:
- 6.2.1 Razão Social da empresa, número do CNPJ, número de Inscrição Estadual e endereço do proponente;
- 6.2.2 Especificação do produto ofertado, obrigatoriamente com a indicação da marca ofertada. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos operacionais, tais como: transporte, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- 6.2.3 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos da data marcada para abertura.
- 6.2.4 O preço proposto deverá estar cotado em moeda corrente nacional (real – R\$), expresso em algarismo (com até duas casas decimais) e por extenso (valor global);
- 6.2.5 A proposta de preços deverá conter o preço unitário e global para cada item cotado, objeto deste Pregão, no modelo da Proposta de Preços – Anexo II deste Edital;
- 6.2.6 Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos;
- 6.2.7 Quaisquer custos (ou tributos) e despesas diretas ou indiretas omitidos nas propostas ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pelos pleitos de acréscimos a esses ou qualquer título,



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

devendo os respectivos bens ser fornecidos a Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB sem ônus adicionais;

6.2.8 Por se tratar de venda ao consumidor final, os licitantes de outras Unidades da Federação deverão adotar, na composição de seus preços, a alíquota interna do ICMS do estado de seu domicílio.

- 6.3 Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas escritas. Os erros, equívocos e omissões havidas nas cotações serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de desclassificação por estas razões, qualquer recurso ou eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.
- 6.4 Omissões quanto ao prazo de entrega, prazo de validade da proposta, prazo de garantia e prazo de pagamento serão considerados como aceito o disposto no Edital.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1 Analisadas as propostas serão desclassificadas as que forem elaboradas em desacordo com este edital.
- 7.2 Será classificada a proposta que apresentar menor preço e em seguida, todas as demais com preços superiores em até 10% em relação à primeira classificada. Não havendo pelo menos três propostas dentro do limite de até 10% da melhor classificada, serão classificadas as propostas de melhor oferta, até o mínimo de 03 (três) proponentes, conforme disposto no art. 4º, incisos VIII, IX e X da Lei nº 10.520/02.
- 7.3 Quando não existirem, no mínimo, três propostas superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, serão classificadas as três de melhor preço, quaisquer que sejam seus valores.
- 7.4 Aos proponentes classificados conforme o item anterior será concedida oportunidade de ofertar lances verbais e sucessivos de percentuais de descontos distintos e decrescentes.
- 7.5 A **PREGOEIRA** convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 7.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.6 A desistência em apresentar lance verbal implicará na exclusão do licitante desta etapa e na manutenção do último valor por ele apresentado, prevalecendo este último lance para efeito de ordenação das propostas.
- 7.7 A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes o Pregoeiro considerar necessário, onde cada um *terá até dois minutos* para formular seu lance.
- 7.8 Só será aceito lance cujo *preço por item* seja menor do que o último lance anteriormente registrado; e que cujo *valor por item*, após o lance, contenha algarismo (até três casas decimais).
- 7.9 Encerra-se a disputa de lances quando não houver mais nenhuma propositura verbal para menor preço. E encerrada essa etapa competitiva, as ofertas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de *menor preço por item*.
- 7.10 Atendendo aos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e em sendo verificada a ocorrência de empate – *entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço* – será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para a empresa enquadrada na definição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).
- 7.11 Para efeito do disposto no item 7.10., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.11.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos **após a convocação**, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 7.11.2 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no item 7.10, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.11.3 – A(s) licitante(s) enquadrada(s) nos termos do item 7.10, deverá(ão) apresentar junto com ao CREDENCIAMENTO, comprovação da sua condição declarada, por meio de **CERTIDÃO SIMPLIFICADA ou documento equivalente, emitida pela Junta Comercial do Estado, domicílio ou sede da licitante**, com data limite de emissão até 60 (sessenta) dias da data marcada para abertura do certame, sob pena de não lhe serem aplicadas no certame as regras estabelecidas para microempresas e



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

empresas de pequeno porte, inclusive quanto a questão da regularidade fiscal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.11.3.1 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

- 7.12 Em seguida, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.13 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições de habilitação do proponente;
- 7.14 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 19 do Edital.
- 7.15 Constatado o atendimento pleno das exigências edilícias, e não havendo manifestação acerca da intenção de interpor recursos, a **PREGOEIRA** adjudicará o objeto do certame em favor da empresa declarada vencedora, sendo feita a adjudicação pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 7.15.1 Havendo manifestações acerca da intenção de interpor recursos, deverão ser observadas as disposições constantes no item 9 deste Edital.
- 7.16** Se a oferta não for aceita ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma resposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e ao mesmo adjudicado o objeto deste certame pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 7.17 Na ocorrência do disposto no item anterior, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um melhor preço.
- 7.18 Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes forem inabilitados, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou outras propostas, escoimadas das causas que ocasionaram a inabilitação ou desclassificação, em conformidade com art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.
- 7.19 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada na qual serão registradas todas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, pelos membros da equipe de apoio e por todos os representantes das licitantes presentes.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.20 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.
- 7.21 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 7.22 Não se considerará, para efeito de julgamento, qualquer oferta ou vantagem não prevista no edital para o objeto licitado.
- 7.23 No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio.
- 7.24 Na fase de julgamento a Pregoeira poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações, no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.
- 7.25 Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.26 Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato e, assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observadas o disposto nos subitens 7.15 e 7.16.
- 7.27 Se o licitante vencedor recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato e, conseqüentemente, não cumprir as obrigações contraídas, será aplicada a regra estabelecida no subitem anterior.

8. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “B”

- 8.1 O envelope “B” deverá conter os documentos a seguir relacionados, além de **Declaração** expressa firmada pelo responsável pela empresa de que a mesma não está impedida de participar de licitações promovidas pelo Município de São José de Caiana, Estado da Paraíba; que não foi declarada inidônea para licitar e contratar com Administração Pública e que está ciente da obrigação de declarar o fato superveniente, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme Modelo de Declarações constante do anexo IV deste edital, a saber:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

8.1.1 RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de Identidade do representante legal da empresa;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social original, com última alteração, devidamente consolidada e registrada. Em caso de sociedade por ações, o ato constitutivo deve vir acompanhado do documento de eleição e posse dos diretores, devidamente atualizado;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual.

8.1.2 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), de acordo com a IN/SRF/200/02;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débito Estadual);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débito Municipal);
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (CNDT);

8.1.3 RELATIVOS À CAPACIDADE TÉCNICA

8.1.3 Comprovação de que a licitante fornece ou forneceu, sem restrição, os produtos de natureza semelhante ao indicado no Anexo I do Edital, sendo que:

- a) A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de atestado devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu os produtos, compatíveis com o objeto desta licitação a ser cotado pelo licitante, com firma reconhecida em cartório competente;
- b) No caso de atestado emitido por empresa de iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- c) Será considerada como pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresa controlada ou controladora da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.
- 8.2 Será inabilitada a licitante cujo relatório de situação das certidões apresente documento(s) fora dos prazos de validade, salvo se estiver em seu poder ou dentro do envelope de habilitação, procedendo-se a atualização do Cadastro.
- 8.3 A documentação deverá:
- Estar em nome da licitante;
 - Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, a Pregoeira considerará como prazo de validade o de 60 (sessenta) dias anteriores à data de recebimento dos envelopes;
 - Referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz. Exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado.
- 8.4 Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.
- 8.5 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação dos licitantes não declaradas vencedoras, permanecerão em poder da Pregoeira, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura da ata pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.
- 8.6 **DA HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006**
- A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

- d) A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9. DA ADJUDICAÇÃO

- 9.1 Caso não haja manifestação de interpor recurso por parte dos demais licitantes, a adjudicação em favor da licitante vencedora será feita pela **PREGOEIRA** no final da sessão, sendo registrada em ata ou posteriormente, caso seja necessário análise mais detalhada das propostas.
- 9.2 Se houver interposição de recurso administrativo, o item atacado pelo recurso administrativo será adjudicado pela autoridade competente para julgar esse instrumento de ataque à decisão da **PREGOEIRA**.

10. DOS RECURSOS

- 10.1 Declarado o vencedor do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese das razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso por escrito, podendo juntar memoriais, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.
- 10.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em interpor recurso, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação.
- 10.3 Qualquer recurso contra a decisão da **PREGOEIRA** não terá efeito suspensivo.
- 10.4 O acolhimento do recurso importará a invalidade apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito.

11. DA HOMOLOGAÇÃO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato através de comunicação por escrito.

12. DA DESPESA

12.1 As despesas decorrentes da execução do contrato, correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2020.

Unidade Orçamentária	02010 – Gabinete do Prefeito
Programa	2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
Elemento de Despesa	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO

Unidade Orçamentária	02020 – Secretaria de Administração e Planejamento
Programa	04 122 2003 2005 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Administração e Planejamento
Elemento de Despesa	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO

Unidade Orçamentária	02030 – Secretaria de Finanças
Programa	04 123 2005 2001 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças.
Elemento de Despesa	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO e 3390.39 – Outros Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica

Unidade Orçamentária	02040 – Secretaria de Educação Esporte e Cultura
Programa	13 122 2006 1010 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação Esporte e Cultura
Elemento de Despesa	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO

Unidade Orçamentária	02050 – Secretaria de Saúde
Programa	10 301 1003 1031 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde.
Elemento de Despesa	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO

Unidade Orçamentária	02051 – Fundo Municipal de Saúde
Programa	10 301 2007 2033 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – RECURSOS DO SUS.
Elemento de Despesa	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO

Unidade Orçamentária	02060 – Secretaria de Agricultura
Programa	20 606 1012 2043 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura.
Elemento de Despesa	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Unidade Orçamentária	02070 – Secretaria de Assistência Social
Programa	08 243 2009 2044 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social.
Elemento de Despesa	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO

Unidade Orçamentária	02071 – Fundo Municipal de Assistência Social
	08 243 1014 2048 Manutenção de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV
Elemento de Despesa	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO

Unidade Orçamentária	02.080 – Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo
	15 452 2010 2006 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo
Elemento de Despesa	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO

13. DO FORNECIMENTO DO OBJETO

- 13.1 A entrega dos produtos objeto desta licitação deverá ser realizada de forma parcelada, através de solicitação de compras expedida pelo setor de compras de da prefeitura de São José de Caiana-PB.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1 A contratada deverá fornecer os produtos objeto deste edital conforme consta no item anterior e Anexo I - Termo de Referência do Edital.
- 13.2 Nenhum produto poderá ser entregue pela Contratada sem a devida autorização por escrito da São José de Caiana-PB, emitida pelo setor de compras.
- 14.2 Vencendo-se a documentação relativa à Regularidade Fiscal, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas, em conformidade com o Art. 29 da Lei nº 8.666/93.
- 14.3 A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual o produto se refere.
- 14.4 Responsabilizar-se pela qualidade e a quantidade dos produtos fornecidos.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 15.1 O CONTRATANTE compromete-se, durante a vigência do contrato a:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 1) Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;
- 2) Preencher as requisições com as quantidades fornecidas, pôr assinatura no referido documento e entregar a via própria ao fornecedor.

16. DO RECEBIMENTO

- 16.1** O produto fornecido pela empresa vencedora estará sujeito à aceitação pelo Contratante, ao qual caberá o direito de recusar, caso o mesmo não esteja de acordo com o especificado no Edital.
- 16.2** O Contratante designará servidor para recebimento do produto, cujo objetivo será a conferência deste com as especificações contidas na proposta, caso as disposições acima citadas não sejam cumpridas, será rejeitado o recebimento do mesmo.
- 16.3** Todos os produtos deverão ser de origem nacional.

17. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

- 17.1 O pagamento será efetuado em até o 10 (décimo) dia útil do mês seguinte a contar do recebimento dos produtos e o respectivo atestado na correspondente Nota Fiscal.
- 17.2 O valor correspondente será depositado em Conta Corrente da CONTRATADA, através de Ordem da Tesouraria Geral da Prefeitura Municipal de São José de Caiana/PB.
- 17.3 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18. DO PREÇO E DO CRITÉRIO DE AJUSTE

- 18.1 Os preços dos produtos somente serão reajustados mediante aumento/redução deferido pelo Governo Federal, devendo, para tanto, ser anexado documento comprobatório do índice de reajuste, devendo estes ser calculados a partir dos preços contratados.

19. DAS PENALIDADES

- 19.1 Ao licitante que retardar a execução do certame, que não mantiver a proposta, que não entregar os produtos de acordo com o edital, que falhar ou fraudar a execução do contrato, que prestar informações inverídicas, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, a Prefeitura Municipal de São José de Caiana poderá aplicar as penalidades a seguir relacionadas:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - b) Advertência;
 - c) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por infração de qualquer cláusula, que será dobrada em caso de reincidência.
- 19.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o Contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, após a convocação oficial, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
- 19.3 As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

20. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

- 20.1 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, na forma do parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no parágrafo 2º e seguintes do referido artigo.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1 A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.
- 21.2 Não será admitida a transferência a terceiros das obrigações previstas nesta licitação.
- 21.3 À ORC reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo segundo do citado artigo.
- 21.4 Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos pela Pregoeira ou Equipe de Apoio no horário das 08h00min às 11h00min, no prédio sede da CPL, localizada na Rua 13 de Maio, sn, Bairro Centro, na cidade de São José de Caiana-PB.
- 21.5 Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pela Pregoeira, de acordo com o que dispuser a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/06, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 21.6 Na hipótese de não haver expediente na data prevista para recebimento e abertura dos envelopes de propostas, a reunião ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento normal desta repartição, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.
- 21.7 Questões irrelevantes quanto ao credenciamento, propostas de preços e documentação, serão decididas pela Pregoeira e sua equipe de apoio.

São José de Caiana-PB, 13 de fevereiro de 2020.

LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS
Pregoeira Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020

1 – Introdução e Base Legal

- 1.1 A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.520 de 17.07.2002.

2 – Do Objeto

- 2.1 AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ASSESSÓRIOS CORRELATOS, DESTINADOS A FROTA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.

3 – Estimativa de Consumo

ITENS	REFERENCIA/PNEUS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	PNEU 175/70 R14	UNIDADE	34
2	PNEU 175/70 R13	UNIDADE	20
3	PNEU 215/75 R17.5	UNIDADE	50
4	PNEU 275/80 R22.5 (RADIAL)	UNIDADE	50
5	PNEU 900X20 (BORRACHUDO)	UNIDADE	30
6	PNEU 14.00-24 TG 15	UNIDADE	12
7	PNEU DIANTEIRO 12.5-80-18	UNIDADE	10
8	PNEU 19.5L-24	UNIDADE	10
9	PNEU 17.5-25	UNIDADE	10
10	PNEU 7.50/16	UNIDADE	30
11	PNEU 225/75 R16	UNIDADE	26
12	COLETE 900X20	UNIDADE	30
13	CÂMARA DE AR 900X20	UNIDADE	50
14	CÂMARA DE AR 750/16	UNIDADE	50
15	COLETE 1000/20	UNIDADE	50
16	PROTETOR 750/16	UNIDADE	30
17	CÂMARA DE AR 17.5/24	UNIDADE	50
18	CÂMARA DE AR 14/24	UNIDADE	50



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

As quantidades aqui estipuladas são apenas uma estimativa de consumo, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

4 – Das Obrigações da Contratada

- 4.1 A Contratada deverá fornecer os produtos de acordo com as cláusulas contratuais, as especificações e recomendações do Pregão Presencial nº 006/2020, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Contratante, até que seja atingida a quantidade total adquirida, em atendimento às requisições escritas expedidas pelo responsável da Prefeitura de São José de Caiana-PB.
- 4.2 Nenhum produto poderá ser entregue pela Contratada sem a devida solicitação por escrito do setor de compras da Prefeitura de São José de Caiana-PB.
- 4.3 Vencendo-se a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS - CRF expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.
- 4.5 A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual a mercadoria se refere.
- 4.6 Nenhum produto deverá ser diferente da marca apresentada na proposta de preço.
- 4.7 Todos os produtos deverão ser de origem nacional, e quando solicitados, deverão ser entregues até 24 (vinte quatro) horas no endereço constante no preâmbulo do edital.
- 4.5 Em tudo agir, segundo as diretrizes do Contratante.

5 – Das obrigações do Contratante

- 5.1 Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.
- 5.2 Preencher as requisições com as quantidades fornecidas, por assinatura no referido documento e entregar a via própria ao fornecedor.

6 – Validade da Proposta

- 6.1 A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

7 – Forma de Pagamento



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

7.1 O pagamento será efetuado em até o 10 (décimo) dia útil do mês seguinte a contar do recebimento dos produtos e o respectivo atestado na correspondente Nota Fiscal.

8 – Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

8.1 O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço por item*.

9 – Reajuste dos Preços

9.1 Os preços dos produtos somente serão reajustados mediante aumento/redução deferido pelo Governo Federal, devendo para tanto, ser anexado documento probatório do índice de reajuste, devendo estes serem calculados a partir dos preços contratados.

10 – Fiscalização do Contrato

10.1 A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pelo Contratante e deverá ser exercida conforme Cláusula Décima, da minuta do contrato em anexo.

São José de Caiana -PB, 13 de fevereiro de 2020

LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS
Pregoeira Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO II
MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

Os dados da empresa:

Razão Social: _____
CNPJ (MF) nº: _____
Inscrição Estadual nº: _____
Endereço: _____
Fone: _____ CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência nº: _____ C/C nº: _____

Em atendimento ao solicitado no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020, informamos a seguir os nossos preços para fornecimento PARCELADA DE PNEUS E ASSESSÓRIOS CORRELATOS, DESTINADOS A FROTA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.- PB, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNID.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Validade da Proposta: _____

Cidade-UF, ____ de _____ de _____.

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do responsável legal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO III
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

(usar papel timbrado da empresa)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Local e data

A
Pregoeira Oficial
Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB.

Senhora Pregoeira,

Pela presente, designamos o(a) Sr.(a) _____
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela SSP do Estado de(a)
_____, para os representar no processo licitatório relativo ao
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020, podendo o(a) mesmo(a) formular lances verbais à
proposta escrita apresentada, quando convocado, negociar preço e, ainda, rubricar
documentos, renunciar o direito de recurso e apresentar impugnação à recursos, assinar atas,
recorrer de decisões administrativas, enfim, praticar todos os atos inerentes à referida
licitação.

Atenciosamente,

Identificação e assinatura do outorgante
(Firma reconhecida, salvo a lei nº 13.726/2018 em seu art. 3º, inciso I)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2020

1) Item 4.4, letra D

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, para fins de participação no Processo Licitatório Modalidade **Pregão Presencial nº 006/2020**, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

2) item 5.1.1

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE para habilitação previsto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no processo licitatório Pregão Presencial nº 0006/2020.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

3) Item 5.1.2

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores de quatorze anos na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

4) Item 5.1.2

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal São José de Caiana, Estado da Paraíba e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório com modalidade Pregão presencial nº 006/2020, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

5) Item 5.1.2

DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara ter conhecimento e aceita todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se às condições nele estipuladas.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº _____/2020

CONTRATO DE COMPRAS E SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA, ESTADO DA PARAÍBA** E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA _____, NOS TERMOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 10.520/2002.

Por este instrumento de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**, Estado da Paraíba, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 08.891.541/0001-69, com sede na Rua Treze de Maio, sn, centro, na cidade de São José de Caiana, Estado da Paraíba, neste ato representado por seu prefeito constitucional, **JOSÉ LEITE SOBRINHO**, designado simplesmente **CONTRATANTE**, e a sociedade empresária (ou firma individual), _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº _____, com sede _____, nº _____, na cidade de _____, estado da Paraíba, representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador da Carteira de Identidade nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir, tudo de acordo com o Processo Licitatório relativo ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ASSESSÓRIOS CORRELATOS, DESTINADOS A FROTA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB., conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, na forma do Edital e seus Anexos.

PARÁGRAFO ÚNICO – As aquisições obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020, além das obrigações assumidas na proposta de preços apresentada pela Contratada em ___/___/___, e dirigida ao Contratante, contendo os valores dos produtos, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

A presente contratação tem o valor estimado global de R\$ _____
(_____).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNID.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
02						
03						

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A mencionada quantia é apenas uma estimativa de gasto, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao CONTRATADO.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Além do mais, é facultado ao Contratante o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação atualizado, nas mesmas condições propostas, na forma do parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no parágrafo 2º e seguintes do referido artigo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

A Contratada deverá fornecer os produtos de acordo com as cláusulas contratuais, as especificações e recomendações do PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Contratante, até que seja atingida a quantidade total adquirida, em atendimento às requisições escritas expedidas pelo representante legal da Prefeitura do Município de São José de Caiana-PB.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nenhum produto poderá ser entregue pela Contratada sem a devida autorização por escrito.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO

Os preços dos produtos somente serão reajustados mediante aumento/redução deferido pelo Governo Federal, devendo para tanto, ser anexado documento probatório do índice de reajuste, devendo estes ser calculados a partir dos preços contratados.

CLÁUSULA QUINTA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até o 10 (décimo) dia útil do mês seguinte a contar do recebimento dos produtos e o respectivo atestado na correspondente Nota Fiscal.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá o prazo de validade restrito ao exercício financeiro de 2020, a contar da data da assinatura deste termo, de acordo com o art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2020:

Unidade Orçamentária	
Programa	
Elemento de Despesa	

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGACÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Fornecer os produtos objeto deste edital de acordo com as necessidades do Contratante, até que seja atingida a quantidade total adquirida, em atendimento às requisições escritas pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB.
- b) Vencendo-se a documentação relativa à Regularidade Fiscal, a **CONTRATADA** deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas, em conformidade com o Art. 29 da Lei nº 8.666/93.
- c) A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual a mercadoria se refere.
- d) Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos produtos fornecidos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não será permitida a transferência a terceiros das obrigações previstas neste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGACÕES DA CONTRANTE

O **CONTRATANTE** compromete-se, durante a vigência do Contrato a:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.
- b) Preencher as requisições com as quantidades fornecidas, por assinatura no referido documento e entregar a via própria ao fornecedor.
- c) Notificar à Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DO
CONTRATO/FISCALIZAÇÃO**

A execução das atividades contratuais, em conformidade com as disposições contidas no art. 67 da Lei nº 8.666/93, será acompanhada por um representante do Contratante, especialmente designado para esse fim, a ser oportunamente indicado pela Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A fiscalização do Contratante não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** perante o Contratante ou terceiros na execução do fornecimento do objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de descumprimento das condições contratuais ou não veracidade das informações prestadas, a **CONTRATADA**, garantida prévia defesa, estará sujeita às penalidades, a seguir relacionadas:

I – Advertência;

II – Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, que será dobrada em caso de reincidência;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e receber a nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, após a convocação oficial, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

PARÁGRAFO SEGUNDO – As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

O Contrato só poderá ser alterado, em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, em conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, nas seguintes hipóteses:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III – Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese de ocorrer rescisão administrativa, são assegurados à Administração os direitos previstos no art. 80 do aludido diploma legal e, sendo amigável, esta deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

De conformidade com o disposto no art. 61, § 1º, da Lei nº 8.666/93, o presente contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do Estado e/ou jornal oficial do município, para que tenha eficácia plena.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da comarca de Itaporanga, Estado da Paraíba, para dirimir eventuais questões relacionadas com este Contrato.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

E por estarem assim de pleno acordo, foi o presente contrato lavrado em duas (2) vias de igual teor e forma, o qual será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo designadas.

São José de Caiana-PB, ____ de _____ de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB
JOSÉ LEITE SOBRINHO
Prefeito Constitucional
CONTRATANTE

EMPRESA _____
CONTRATADA

VANDERLY PINTO SANTANA
OAB/PB 12.207
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: